

Educação para todos

18 DEZ 1993

O GLOBO

MURILIO DE AVELLAR HINGEL

Ao assumir o compromisso de elaborar o Plano Decenal Para Todos (1993-2003), em parte devido ao compromisso que o Brasil havia assumido durante a Conferência de Jomtien, Tailândia, em 1990, e também devido à urgente necessidade de se equacionar soluções para o problema da educação básica, o Ministério da Educação tinha, sobretudo, a convicção de que era preciso encontrar um norte para a educação brasileira.

A decisão de elaborar o plano foi precedida de profunda reflexão sobre sua oportunidade e conveniência. Afinal, na história da educação brasileira já existiram muitos planos que, em sua maioria, não deram certo. E não deram certo porque foram planos elaborados à margem da realidade brasileira, geralmente concebidos nos gabinetes de uma burocracia que o Brasil não aceita mais.

Assim, a metodologia escolhida para a elaboração do Plano Decenal de Educação Para Todos procurou, por um lado, considerar e respeitar a organização federativa estabelecida pela Constituição de 1988, que atribui aos estados e aos municípios responsabilidade decisiva em matéria de educação infantil e de ensino fundamental e, por outro, à diversidade de cenários sócio-educacionais que possui o Brasil e requerem soluções próprias de acordo com o contexto local.

Com base nesses pressupostos, concebeu-se um Plano Decenal leve, contendo diretrizes de política educacional consensuais que pudessem servir de referência básica à elaboração dos planos estaduais e municipais, estratégia fundamental para a recuperação da educação básica nos próximos dez anos. Não se trata mais de um plano imposto de cima, deixando de levar em conta a heterogeneidade cultural e econômica do país.

Além disso, a metodologia do Plano Decenal considerou, também, o extraordinário amadurecimento das entidades representativas da sociedade civil, sobretudo a partir de 1980, década da retomada do processo de democratização do país. Várias entidades tornaram-se interlocutores indispensáveis no equacionamento das políticas públicas.

Por isso, a primeira versão do Plano Decenal configurou-se como uma proposta de governo para ser submetida ao exame crítico das diversas instâncias da administração educacional e de segmentos sociais representativos da sociedade.

Com tal propósito, encaminhámos o Plano Decenal de Educação Para Todos às 27 unidades da Federação e aos quase cinco mil municípios brasileiros, deflagrando um processo inédito de elaboração dos planos esta-

duais e municipais correspondentes, pois, afinal, somente a partir da base do sistema se pode conceber e estruturar um planejamento real e viável.

Os estados e os municípios estão respondendo à altura. Sem nenhuma imposição, de julho a novembro do ano em curso, inúmeros debates tiveram lugar nas diferentes regiões do país, em esforço conjunto das três esferas de governo com efetiva participação de universidades, de associações de professores, sindicatos patronais e de trabalhadores e sociedades científicas.

Concomitantemente, enviamos o plano às cem universidades do país e às entidades representativas da sociedade civil, bem como a outros ministérios e órgãos do Governo. A todos solicitamos críticas e sugestões. A resposta foi das mais estimuladoras. Inúmeras contribuições chegaram ao Ministério, boa parte das quais foram aproveitadas na reformulação da proposta original.

O resultado desse esforço de mobilização já começou a aparecer. Vários estados e centenas de municípios enviaram ao MEC os seus planos decenais de educação, todos eles elaborados com a participação da comunidade. Esses planos, em sua maioria, surpreendem pela capacidade técnica demonstrada e pela vontade política manifestada. É um novo cenário educacional que começa a emergir.

Não tenho dúvidas de que a história educacional do Brasil começa a ser reescrita de baixo para cima. O Plano Decenal procurou ir ao encontro dessa aspiração e dessa tendência. Por isso, está encontrando ressonância nas discussões públicas realizadas e que se realizam por todo o país.

A nova edição do plano que o Governo brasileiro apresenta este mês à Conferência de Ministros da Educação, em Nova Delhi, Índia, organizada por Unesco, Unicef, Bird e o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUP) é uma edição enriquecida e ampliada pelo debate público.

Avalia-se na conferência os planos decenais de educação dos países em desenvolvimento mais populosos do mundo — Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão.

Surgindo como uma proposta inicial do Governo, o Plano Decenal de Educação Para Todos, mediante uma metodologia de respeito à sociedade, ao princípio federativo e ao municipalismo, segue uma trajetória sócio-política criativa para converter-se em projeto de governo e sociedade, condição imprescindível para que a educação seja a prioridade mais importante do país nos próximos dez anos.

Murílio de Avellar Hingel é ministro da Educação.